



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MSP - POLÍCIA FEDERAL
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/MS

LICI. TERMO DE REFERÊNCIA Nº 8266776/2018-GTED/SELOG/SR/PF/MS

Processo nº 08335.009487/2018-53

1. OBJETO

1.1. Serviço de instalação de coberturas em módulos sombreadores, com fornecimento de material e construção de base em concreto, a serem instalados no estacionamento da Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Mato Grosso do Sul conforme especificações, quantidades estabelecidas neste Termo de Referência e valores máximos dispostos a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QTDE.	*VALOR TOTAL DE REFERÊNCIA
1	Serviço de instalação de coberturas de 5 (cinco) módulos sombreadores com capacidade para estacionamento de 02 (dois) veículos, <u>medindo 5,0m x 5,0m, com altura de 3m,</u> e 13 (treze) módulos sombreadores para estacionamento com capacidade para estacionamento de 03 (três) veículos, <u>medindo 7,5m x 5,0m, com altura de 3m,</u> com fornecimento de material e construção de base em concreto, a serem instalados no estacionamento da Superintendência Regional da Polícia Federal no Mato Grosso do Sul	SERVIÇO	1	R\$ 77.281,08
*Valor máximo a ser admitido em eventual contratação				

1.2. O valor total apurado pela administração, disposto na tabela do subitem 1.1 correspondem a orçamentos colhidos – e apensados ao processo, formados a partir da composição a seguir:

a)	instalação de coberturas em 05(cinco) módulos sombreadores para estacionamento, cada módulo com capacidade para estacionamento de 02 (dois) veículos, medindo 5,0m x 5,0m, com altura de 3m.	Valor Médio Unitário: R\$ 3.966,43	Valor total médio apurado: R\$ 19.832,13
b)	instalação de coberturas em 13(treze) módulos sombreadores para estacionamento, cada módulo com capacidade para estacionamento de 03 (três) veículos, medindo 7,5m x 5,0m, com altura de 3m.	Valor Médio Unitário: R\$ 4.419,15	Valor total médio apurado: R\$ 57.448,95
Valor total máximo a ser admitido em eventual contratação			R\$ 77.281,08

1.3. Os itens que compõem este Termo de Referência foram agrupados por não ser economicamente vantajoso para a Administração a contratação de mais de uma empresa para o mesmo objeto. Parcelar o objeto também poderia comprometer a padronização do resultado final esperado, e implicaria apenas em mais dispêndio na gestão do contrato.

1.4. A presente licitação deverá ser destinada exclusivamente às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, tendo em vista o que determina o Art. 47 e inciso I, do Art. 48, da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006.

1.5. Os bens objeto da aquisição estão dentro da padronização seguida pelo órgão, conforme especificações técnicas e requisitos de desempenho constantes do Catálogo Unificado de Serviços - CATSER do SIASG.

1.5.1. Em caso de divergência entre as descrições e especificações constantes do CATSER e do presente Termo de Referência, prevalecem estas últimas.

1.6. Os bens deverão ter prazo de garantia mínimo de 05 (cinco) anos, prevalecendo o prazo de garantia fixado pelo fabricante ou fornecedor, caso maior.

1.7. Descrição detalhada do objeto:

- Módulos:

Construído em tubos de aço industrial c/costura, sendo:

- colunas: tubo de 101,60 mm (4") de diâmetro, na parede de 3,00mm, ou outra seção com resistência equivalente ou superior;
- braços: tubo de 76,20 mm (3") de diâmetro, na parede de 2,00mm, ou outra seção com resistência equivalente ou superior;
- contraventos: tubo de 48,30 mm de diâmetro, na parede de 2,00mm, ou outra seção com resistência equivalente ou superior;
- tesouras: tubo de 76,20 mm (3") de diâmetro, na parede de 2,00mm, ou outra seção com resistência equivalente ou superior;
- cruzetas: tubo de 63,50 mm (2 ½") de diâmetro, na parede de 2,00mm, ou outra seção com resistência equivalente ou superior;
- base: em chapa de aço com 04 (quatro) ou 06 (seis) parafusos para fixação;
- cabo de aço galvanizado de 3/16" de diâmetro, sapatilhas galvanizadas e talurite de alumínio;
- todos os tubos de aço empregados na estrutura dos sombreadores, devem ser galvanizados a fogo (zincagem por imersão a quente), com certificação das especificações técnicas exigidas neste Termo Referência e/ou laudo de testagem da galvanização, emitido pela empresa que

efetuiu a galvanização, com garantia mínima de 05 (cinco) anos até a primeira manutenção;
- pintura eletrostática epóxi-pó poliéster, na cor branca, c/tratamento anti-ferruginoso;
- Cobertura em Tela de Polietileno de Alta Densidade tipo Raschel, 190 gr/m2, c/estabilizadores orgânicos de absorção dos raios UV próximo a 98%, anti-mofo, anti-fungos e auto extingüível sobre ação de chama na cor azul, com garantia de 05 (cinco) anos contra desbotamento e desfiamento;
- Fundação das Sapatas ou Blocos:
concreto de fck>20 MPA;
chumbadores galvanizados de 1/2" de diâmetro mínimo.

- Módulos feitos sob medida de acordo com a área do estacionamento da SR/PF/MS, após vistoria e apresentação de projeto de execução pela contratada.
- Vaga: 2,50 x 5,00m para cada veículo.
- Ver esquema dos módulos e fotos dos sombreadores exemplo no Anexo "A" deste Termo.

2. JUSTIFICATIVA

- 2.1. A área de garagem coberta do edifício sede da SR/PF/MS possui poucas vagas, comportando apenas os veículos oficiais da unidade.
- 2.2. A área externa de estacionamento, contígua ao prédio da SR/PF/MS (ao lado do SELOG) possui 52 vagas sem qualquer tipo de cobertura.
- 2.3. Desta forma, os veículos oficiais que ficam estacionados na parte da frente do prédio (por razões operacionais), bem como muitos dos veículos apreendidos e veículos dos servidores lotados nesta regional, ficam expostos ao tempo.
- 2.4. Há que se considerar o clima da cidade de Campo Grande/MS, havendo grande necessidade de se proteger os veículos que ficam diariamente estacionadas sob forte radiação solar, expostos a altíssimas temperaturas, etc., condições estas que danificam não só a pintura como os acessórios e componentes do interior dos veículos, principalmente os painéis, além de causar forte desconforto aos motoristas e passageiros que adentram o veículo estando este com alta temperatura interna.
- 2.5. Quanto às viaturas ostensivas estacionadas à frente do prédio, estas são mais prejudicadas, pois possuem pinturas/adesivos que desbotam com a ação do tempo, bem como acessórios instalados em seu interior, como radiocomunicadores, que podem ser danificados com o excesso de calor.
- 2.6. Diante da situação relatada, torna-se prudente e providencial a preservação do patrimônio público, bem como o bem-estar dos servidores e usuários, mediante a contratação de empresa especializada na fabricação e instalação de 18 (dezoito) coberturas em módulos sombreadores para cobrir parte do estacionamento interno desta descentralizada, sendo 5 (cinco) duplos e 13 (treze) triplos, totalizando a proteção de 49 vagas (aproximadamente 612,5m2). Tais módulos são capazes de reduzir em até 30°C a temperatura interna dos veículos, pois reduzem as incidências de radiação UVA e UVB, bem como os raios visíveis.
- 2.7. Também em razão das condições climáticas da cidade de Campo Grande, especialmente a ocorrência de períodos chuvosos, é que será exigida certificação quanto à técnica de galvanização empregada nos tubos dos sombreadores, de forma a garantir a menor oxidação possível, ao longo do tempo de uso do equipamento.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS COMUNS

- 3.1. Os serviços a serem contratados enquadram-se na classificação de serviços comuns, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000, e do Decreto 5.450, de 2005.

4. MÉTODOS E ESTRATÉGIAS DE SUPRIMENTO

- 4.1. O início do serviço será a partir da emissão da nota de empenho e provocação formal do órgão, com prazo de conclusão não superior a 60 (sessenta) dias, contados a partir do recebimento formal da Nota de Empenho ou de documento equivalente.
- 4.2. Os serviços deverão ser executados, entregues e instalados na sede do órgão, no endereço: Rua Fernando Luiz Fernandes, 322, Vila Sobrinho, Campo Grande/MS, em horário comercial.

5. AVALIAÇÃO DO CUSTO

- 5.1. O custo estimado total da presente contratação é de R\$ 77.281,08 (setenta e sete mil, duzentos e oitenta e um reais e oito centavos) para a SR/PF/MS.
- 5.2. O custo estimado foi apurado a partir de precificação do Banco de Preços, site que engloba todas as licitações de órgãos federais, elaborado com base em orçamentos recebidos de empresas especializadas, em pesquisas de mercado e mediante consulta ao Subsistema de Preços Praticados – SISPP do SIASG, conforme o caso.

6. RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

- 6.1. Os bens serão recebidos:
- a. Provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta.
- b. Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta, e sua consequente aceitação, que se dará até 15 (quinze) dias do recebimento provisório.
- 6.1.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 6.2. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, a entrega dos bens em desacordo com as especificações técnicas exigidas.
- 6.3. O recebimento de material de valor superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. A Contratada obriga-se a:

7.1.1. Executar os serviços, entregar, empregar e instalar os materiais em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva **nota fiscal de serviços** constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia;

7.1.1.1. Os materiais empregados devem estar acompanhados, ainda, quando for o caso, do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

7.1.1.2. Anteriormente à entrega e instalação dos sombreadores, deverá ser apresentado Projeto Executivo, a ser aprovado pelo Fiscal do Contrato.

7.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

7.1.2.1. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, o produto com avarias ou defeitos;

7.1.3. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

7.1.4. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

7.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.1.6. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;

7.1.7. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

7.1.8. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. A Contratante obriga-se a:

8.1.1. Receber provisoriamente o serviço, disponibilizando local, data e horário para tanto;

8.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços prestados provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;

8.1.3. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

8.1.4. Efetuar o pagamento no prazo previsto.

9. MEDIDAS ACAUTELADORAS

9.1. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

10. CONTROLE DA EXECUÇÃO

10.1. A fiscalização da contratação será exercida por um representante da Administração, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.

10.1.1. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução do contrato.

10.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.3. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

11. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000, e do Decreto nº 5.450, de 2005, a Contratada que, no decorrer da contratação:

11.1.1. Apresentar documentação falsa;

11.1.2. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

11.1.3. Não mantiver a sua proposta dentro de prazo de validade;

11.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;

11.1.5. Cometer fraude fiscal;

11.1.6. Fizer declaração falsa;

11.1.7. Ensejar o retardamento da execução do certame.

11.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

b. Multa:

b.1. Moratória de até 0,5 (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da contratação, até o limite de 30 (trinta) dias;

b.2. Compensatória de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total ou parcial da obrigação assumida, podendo ser cumulada com a multa moratória, desde que o valor cumulado das penalidades não supere o valor total do contrato.

c. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o Departamento de Polícia Federal, pelo prazo de até dois anos;

c.1. Tal penalidade pode implicar suspensão de licitar e impedimento de contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja na esfera federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal, conforme Parecer nº 87/2011/DECOR/CGU/AGU e Nota nº 205/2011/DECOR/CGU/AGU e Acórdãos nº 2.218/2011 e nº 3.757/2011, da 1ª Câmara do TCU.

d. Impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

e. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos causados;

11.2.1. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

11.3. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:

11.3.1. tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;

11.3.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

11.3.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

11.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

11.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

11.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

11.6.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

11.8. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

11.9. As infrações e sanções relativas a atos praticados no decorrer da licitação estão previstas no Edital.

Campo Grande/MS, 14 de setembro de 2018.

Documento elaborado por: ALVANTER GARCIA MORAIS Perito Criminal Federal Responsável pelo GTED/SR/PF/MS (Assinar eletronicamente)	Documento conferido por: LEÔNIDAS GOMES DE OLIVEIRA JÚNIOR Perito Criminal Federal Chefe do SELOG/SR/PF/MS (Assinar eletronicamente)
---	---

DESPACHO SR/PF/MS

Aprovo o presente Termo de Referência nos termos e para os fins do estabelecido no § 1º do art. 9º, do Decreto nº 5.450/2005.

Campo Grande/MS, 14 de setembro de 2018.

LUCIANO FLORES DE LIMA
Delegado de Polícia Federal

Superintendente Regional da PF no MS
Ordenador de Despesas - UG 200354
(Assinar eletronicamente)



Documento assinado eletronicamente por **ALVANTER GARCIA MORAIS, Perito(a) Criminal Federal**, em 17/09/2018, às 10:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **LEONIDAS GOMES DE OLIVEIRA JUNIOR, Chefe de Setor**, em 17/09/2018, às 10:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANO FLORES DE LIMA, Superintendente Regional**, em 17/09/2018, às 16:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **8266776** e o código CRC **296A7D2B**.

